

IX SEMANA UNIVERSITÁRIA DA URCA

XXVII Semana de Iniciação Científica da URCA

04 a 08 de NOVEMBRO de 2024

Tema: "CIÊNCIA, TECNOLOGIA E AMBIENTE: MÚLTIPLOS SABERES E FAZERES"



AS FRONTEIRAS ENTRE A LIBERDADE E A ESCRAVIDÃO VIVENCIADAS POR MULHERES DESCENDENTES DE AFRICANOS E SEUS FILHOS, DURANTE A SEGUNDA METADE DO XIX, NO CARIRI CEARENSE (SÉCULO XIX)

Maria Clara Silva Gomes¹, Antonia Márcia Nogueira Pedroza², Darlan de Oliveira Reis Junior³

Resumo: Esta pesquisa busca analisar o fenômeno da escravização ilegal, no Cariri cearense da segunda metade do século XIX. A partir de fontes documentais como: processos cíveis, arrematação de soldada e periódicos, e do uso da metodologia da micro-história, este trabalho objetiva identificar e examinar as formas de reprodução da escravização ilegal e as estratégias de liberdade empregadas pelas vítimas. Os resultados preliminares deste estudo indicam que uma das formas de reprodução deste fenômeno ocorria por meio da inserção de meninas no mundo trabalho, em âmbito doméstico. Meninas, pobres, muitas delas consideradas órfãs pelo Estado, tuteladas ou não pelo Estado ou por particulares, constantemente tiveram suas liberdades ameaçadas. Muitas dessas meninas livres foram escravizadas ilegalmente e foram mantidas em cativeiro por muitos anos, onde tiveram filhos que também foram escravizados ilegalmente, ocorrendo assim uma reprodução do cativeiro ilegal. Importa referir que as vítimas da escravização ilegal utilizaram diversas estratégias para conquistar suas liberdades e as de seus filhos.

Palavras-chave: Escravização ilegal; mulheres; reprodução do cativeiro; lutas pela liberdade.

¹ Universidade Regional do Cariri, email: mariaclara.silvagomes@urca.br

² Pesquisadora do Centro de Documentação do Cariri - CEDOCC da Universidade Regional do Cariri -URCA, CNPq, FUNCAP, email: marcia.nhistoria@gmail.com

³ Professor efetivo do curso de História da Universidade Regional do Cariri, email: darlan.reis@urca.br

IX SEMANA UNIVERSITÁRIA DA URCA

XXVII Semana de Iniciação Científica da URCA

04 a 08 de NOVEMBRO de 2024



Tema: "CIÊNCIA, TECNOLOGIA E AMBIENTE: MÚLTIPLOS SABERES E FAZERES"

- 1. Introdução** A escravização ilegal é praticada há muito tempo, mas é somente a partir do código criminal de 1830 que essa prática é tipificada como crime. Por meio do artigo 179, deste código, as vítimas lutavam na vara criminal por suas liberdades e pela responsabilização dos escravizadores. A pena para este crime era de 3 a 9 anos de prisão e multa correspondente a terça parte do tempo. Os escravizadores durante esse período visavam à busca por corpos principalmente de garotas e garotos em situação de vulnerabilidade social. Keila Grinberg em sua obra intitulada: Re-escravização, direitos e justiça no Brasil do século XIX, 2006, aponta as relações jurídicas vivenciadas por essas vítimas e as respectivas ações judiciais existentes como: a ação de liberdade, ação de manutenção de liberdade que eram pleiteadas pelos indivíduos que buscavam conquistar ou manter a liberdade; e ação de escravidão, que era pleiteada pelos supostos proprietários que buscavam reescravizar libertos. Essas ações são essenciais para compreender as fronteiras entre a liberdade e a escravidão. Beatriz Mamigonian trata em seu livro Africanos livres, 2017, das experiências nas quais essas pessoas vítimas da escravidão ilegal passaram, principalmente os africanos livres. Essa parcela social dividia a violação da sua liberdade com outras categorias como: Indígenas e descendentes de africanos, esses últimos é a categoria que esse estudo se debruçará. As relações paternalistas em que essas pessoas estavam submersas, principalmente as meninas, era um dos mecanismos utilizados pelos escravizadores para camuflar a escravização ilegal. Antonia Pedroza, (2022) em sua obra: Escravização e Reescravização Ilegais: Os longos caminhos percorridos para conquistar ou preservar a liberdade no Ceará oitocentista, analisa casos como o de Maria, que era liberta e foi reescravizada pelo ex-proprietário João Quesado. Trata-se de uma narrativa partilhada por outras mulheres. Segundo relatos, Maria era liberta desde os seus três meses, mas ela, e mais tarde, seus filhos sofrem redução ao cativeiro de forma ilícita. A partir desse caso pode-se observar a tênue fronteira entre liberdade e escravidão experienciada, principalmente por mulheres descendentes de africanos e seus filhos no cariri

IX SEMANA UNIVERSITÁRIA DA URCA

XXVII Semana de Iniciação Científica da URCA

04 a 08 de NOVEMBRO de 2024



Tema: "CIÊNCIA, TECNOLOGIA E AMBIENTE: MÚLTIPLOS SABERES E FAZERES"

cearense. O autor Caio Fernandes, em A imprensa do século XIX e o "Tribunal da Opinião Pública" sobre o crime de reduzir pessoa livre à escravidão (Pernambuco, Século XIX), 2023 analisa a luta pela liberdade a partir da influência e do papel fundamental do "tribunal da opinião pública". Tendo em vista que esse "tribunal da opinião pública" se fazia sentido nas vidas e relações sociais dessas mulheres, muitas vezes sendo levada a consciência de seus verdadeiros status sociais. Em suma a escravidão ilegal deixou na sociedade marcas de violências exercidas pela ideia da propriedade dos bens que estavam situadas na base social e a exploração se manifestou por muito tempo chegando ao século XXI com fundamentos de prática advindas do século XIX.

2. Objetivos

- Analisar as fronteiras existentes entre a liberdade e a escravidão vivenciadas por mulheres descendentes de africanos e seus filhos no Cariri Cearense durante a segunda metade do século XIX.
- Estudar o fenômeno da escravização ilegal na região do Cariri cearense tendo em vista suas relações sociais.
- Identificar e analisar as formas de reprodução do cativeiro ilegal.

3. Metodologia

Esse trabalho tem como metodologia o uso da micro-história, em função da necessidade de redução da escala de análise e da necessidade de atenção aos detalhes dos documentos históricos. Por meio da organização e descrição dos documentos pesquisados em um banco de dados também será possível realizar o cruzamento dessas fontes. Por meio dessas estratégias metodológicas, obtivemos os primeiros resultados da pesquisa. Resultados esses que nos apresentam alguns dos meios de estratégias utilizadas por tais mulheres como o apadrinhamento e também a compreensão da manutenção do cativeiro por meio do ventre cativo. A documentação utilizada como base se encontra no Centro de Documentação do Cariri (CEDOCC) e na hemeroteca

IX SEMANA UNIVERSITÁRIA DA URCA

XXVII Semana de Iniciação Científica da URCA

04 a 08 de NOVEMBRO de 2024

Tema: "CIÊNCIA, TECNOLOGIA E AMBIENTE: MÚLTIPLOS SABERES E FAZERES"



digital da Biblioteca Nacional. Utilizamos de processos cíveis, arrematação de soldada e processos crimes. O periódico pesquisado em destaque é o Araripe, periódico existente no Crato, entre meados do século XIX, e nos promove um olhar mais amplo para o fenômeno da escravização ilegal na região do Cariri cearense.

4. Resultados

Resultados preliminares identificam a reprodução da escravização ilegal por meio dos filhos que as mulheres tiveram em cativeiro ilegal e as estratégias que utilizaram para lutarem pela sua liberdade e pela liberdade de seus filhos, tendo em vista as influências do sistema patriarcal vigente. Foram realizadas leituras bases como: Keila Grinberg, reescravização, direitos e justiças no Brasil do século XIX, 2006. João José Reis e Eduardo Silva: Negociação e conflito: a resistência negra no Brasil escravista, 2009. Francisca Raquel da Costa: Escravidão e liberdade no Piauí oitocentista: Alforrias, reescravização e escravização ilegal de pessoas livres (1850-1888), Mônica Duarte Dantas: Constituição, poderes e cidadania na formação do Estado-Nacional brasileiro. Entre outras também envolvidas na pesquisa. Essas leituras promoveram a compreensão da estrutura formada durante o século XIX, as formas de relações vigentes, tendo em vista as relações de gênero que perpassam as gerações e suas respectivas influências durante o século XIX. Todo esse trajeto foi marcado por desigualdades. Por fim, as desigualdades e as precariedades vividas contribuíram para que essa parcela social fosse escravizada ilegalmente.

5. Conclusão

A pesquisa em andamento, nos permite ter a compreensão da tênue fronteira entre liberdade e a escravidão vivenciada pelas mulheres descendentes de africanos e a busca por estratégias para alcançarem a sua liberdade já que viviam em constante vulnerabilidade perante a sociedade. Em suma A liberdade era algo que tinha grande valia perante a sociedade.

IX SEMANA UNIVERSITÁRIA DA URCA

XXVII Semana de Iniciação Científica da URCA

04 a 08 de NOVEMBRO de 2024



Tema: "CIÊNCIA, TECNOLOGIA E AMBIENTE: MÚLTIPLOS SABERES E FAZERES"

6. Agradecimentos

À Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico FUNCAP e CNPQ pelo incentivo e financiamento ao projeto "As fronteiras entre vidas e liberdades vulneráveis e a escravização ilegal no Ceará", Edital 03/2021 – FUNCAP/CNPq - PDCTR (proc. DCT-0182-00057.01.00/21 e 05803691/2022) e ao Centro de Documentação do Cariri (CEDOCC) pelo apoio e acervo disponibilizado para a pesquisa.

7. Referências

COSTA, Francisca Raquel da. **Escravidão e liberdade no Piauí oitocentista: Alforrias, reescravização e escravização ilegal de pessoas livres (1850-1888)**. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de humanidades, programa de pós – graduação em História, Fortaleza, 2017.

DANTAS, Monica Duarte. **Constituição, poderes e cidadania na formação do Estado-Nacional brasileiro**. 2010, Anais.. São Paulo: Instituto Prometeus de Estudos Ambientais, Culturais e Políticos, 2010

Fernandes, Caio Henrique Silva **A imprensa do século XIX e o "Tribunal da Opinião Pública" sobre o crime de reduzir pessoa livre à escravidão (Pernambuco, Século XIX)** / caio Henrique Silva Fernandes; Orientadora, Beatriz GallottiMamigonian, 2023.

GRINBERG, Keila. **Reescravização, direitos e justiças no Brasil do século XIX**. In: LARA, Silvia H.; MENDONÇA, Joseli M. N. (org.). Direitos e justiças no Brasil: Ensaios de história social. Campinas, Editora da UNICAMP, 2006.

Mamigoniam, Beatriz G. **Africanos livres: a abolição do tráfico de escravos no Brasil**/1º ed.- São Paulo: Companhia das letras, 2017.

PEDROZA, Antonia Márcia Nogueira. **"Hoje vou tratar de meus direitos": liberdade precária, escravização ilegal, reescravização e o apelo à justiça, no Ceará provincial (1830-1888)**. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de humanidades, programa de pós – graduação em História, Fortaleza, 2021.

REIS, João José; GOMES; SILVA, Eduardo da **Negociação e conflito: a resistência negra no Brasil escravista**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.